

A Engenharia como Recurso Estratégico



PHOTO REIS

■ Paulo Reis
Ordem dos Engenheiros - Região Sul
Presidente do Conselho Directivo

Tem sido paradigma da engenharia desenvolver soluções que permitam a melhoria da qualidade de vida das populações pela correcta utilização dos recursos naturais disponíveis.

Para a satisfação das suas necessidades básicas de alimentação e protecção, desenvolveram-se os sistemas de produção e distribuição de alimentos, água e energia, e criou-se a habitação. Da necessidade de comunicar surgiram as vias de comunicação terrestres, os portos para o tráfego marítimo, os aeroportos para o tráfego aéreo e as telecomunicações. Os actuais padrões de vida exigem construções energeticamente mais eficientes, seguras às catástrofes como os sismos, abastecimentos de água e de energia com níveis elevados de garantia, vias de comunicação que permitam acesso fácil e seguro e que o ambiente sejam respeitado.

Neste contexto, com uma multiplicidade de serviços, produtos e bens numa sociedade mais complexa e mais exigente, o contributo dos engenheiros, não sendo exclusivo, tem sido decisivo para promover o bem-estar e o desenvolvimento económico das populações.

São, assim, postos aos engenheiros novos e continuados desafios com padrões de segurança, de qualidade e de defesa do ambiente mais elevados nas suas realizações.

Ou seja, o País ganha com mais e melhor engenharia. Todavia nem sempre a quantidade é sinónima de qualidade. Começemos pela formação. Dos cerca de 500 cursos de engenharia actualmente disponíveis no País, só cerca de 100 são reconhecidos pela

Ordem dos Engenheiros, como principal associação de engenheiros. Deve ser rejeitado o facilismo e promovida a sólida formação dos engenheiros, mesmo que diferenciada em diferentes níveis, como preconiza a Declaração de Bolonha, elevando as legítimas aspirações dos profissionais e a satisfação dos cidadãos pela que usufruem das respectivas realizações. Não foi por acaso, que o Sistema de Acreditação de Cursos criado pela Ordem dos Engenheiros recebeu referência positiva da Comissão da OCDE que avaliou, recentemente, para o governo, o sistema de Ensino Superior em Portugal, o que não sucedeu com os outros sistemas de avaliação.

Por outro lado o enquadramento nacional da engenharia tem sido significativamente alterado, sendo necessário reequacioná-lo para os novos tempos, com o profundo e ético sentido de serviço às populações. Sendo os Serviços Públicos promotores dos principais empreendimentos estratégicos para o País, de que são exemplo a reabilitação urbana, as vias, os portos, as barragens, as infra-estruturas de abastecimento de águas, de energia, de drenagem e tratamento de esgotos e ainda de múltiplos edifícios públicos para ensino, saúde, justiça, etc., deveriam estar dotados dos melhores quadros técnicos e no número necessário. De facto, nas últimas décadas, a implosão de centros autorizados administrativamente a promover obras não foi acompanhada da respectiva dotação de quadros técnicos, sendo uma das causas para os desvios de custos e de prazos das obras públicas, deixando no ar uma onda de dúvida sobre grandes obras de que a comunicação social tem feito alarde. Admiro colegas neste sector, sujeitos a enquadramentos adversos, por vezes espartilhados por decisões as quais são alheios, não estando na sua origem, fase em que os seus conhecimentos são, muitas das vezes, decisivos para a melhor opção. Contrariamente, grandes promotores privados acautelam-se na escolha das suas equipas técnicas, de projecto, de controlo e de consultores pois reconhecem a importância de ter o acompanhamento de engenharia qualificada para garantia de empreendimentos seguros e a custos controlados. Se o privado assim procede por maioria de razão assim devia fazer o sector público, como dono de obra regulador.

Todavia o sector público tem optado mais por criar leis, algumas necessárias, como a Segurança em Estaleiros, mas descurando a componente tecnológica, seguindo muitas das vezes critérios de empregabilidade, uma vez que o sector ainda é economicamente dinâmico, o que tem prejudicado fortemente a imagem dos engenheiros e de outros profissionais mais qualificados que actuam no sector da construção e obras públicas.

Parece que a clara assumpção de competências profissionais relacionadas, primeiro, com a formação e posteriormente, com a experiência profissional e formação contínua, é dolorosa para o decisor político e interfere com interesses instalados ao longo das últimas décadas. Neste campo o papel da Ordem dos Engenheiros, tem sido de constante chamada de atenção para na necessidade de regulamentar os actos de engenharia de confiança pública na defesa dos superiores interesses das populações, na necessidade de serem estabelecidas regras de boas práticas na elaboração de Programas Preliminares, de Projectos, de Cadernos de Encargos, na Revisão de Projectos, no lançamento de Empreitadas de obras, na Análise Técnica das propostas e no Controlo e Fiscalização de obras, sem as quais não é possível corrigir as reais causas que originam desvios de custos, maiores prazo e por vezes soluções menos boas que se traduzem em oportunidades perdidas, desprestigiando os engenheiros.

É pois neste contexto adverso, que a engenharia deve ser recentrada, para que seja aproveitada em todo o seu potencial como um recurso estratégico nacional: construímos, mantemos e temos de ter a ousadia de, pelas boas práticas, salvaguardar um futuro melhor: ■

“Nas últimas décadas, a implosão de centros autorizados administrativamente a promover obras não foi acompanhada da respectiva dotação de quadros técnicos, sendo uma das causas para os desvios de custos e de prazos das obras públicas, deixando no ar uma onda de dúvida sobre grandes obras...”